

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 32 No. 2 2019

Edição Especial: Museu Nacional (Volume 1)

ARTIGO

O SÍTIO SERRANO:

FRANCESES E TUPINAMBÁ DESCONHECIAM O TESTAMENTO DE ADÃO II

Jeanne Cordeiro*, Angela Buarque**, Alice Táboas***

RESUMO

O artigo aborda o contato entre franceses e tupinambá, tendo como suporte a historiografia do século XVI, fontes primárias, e a cultura material obtida em pesquisas arqueológicas realizadas no sítio Serrano, Araruama, Região dos Lagos, Rio de Janeiro. Serão discutidas as estratégias de dominação/instalação de europeus, franceses em particular, bem como a resistência e inter-relação das sociedades nativas no período que se seguiu, a partir da segunda metade do século XVI.

Palavras-chave: Tupinambá; Truchement; Sítios de Contato.

*Ms. em História, Arqueóloga, Historiadora, Laboratório de Arqueologia Brasileira/LAB.

E-mail: jeanne.cordeiro@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9360-9581>.

** Dr^a em Arqueologia, Pesquisador Colaborador, Departamento de Antropologia, Museu Nacional/UFRJ. E-mail: bruarque.angela@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2412-3430>.

*** Historiadora, Arqueóloga, Laboratório de Arqueologia Brasileira/LAB.

E-mail: mariaartaboas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0619-2253>.

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v32i2.722>

THE SERRANO SITE:

THE FRENCH AND TUPINAMBÁ WERE UNAWARE OF ADAN'S TESTAMENT

ABSTRACT

This article deals with the period of contact between the French and the Tupinambá, and is supported by sixteenth - century historiography, primary sources, and the material culture obtained from archaeological researches carried out at the Serrano site, Araruama, Região dos Lagos, Rio de Janeiro. The strategies of domination / installation of European and French, in particular, will be discussed, as well as the resistance and interrelation of native societies in the period after the invasion, from the second half of the sixteenth century in particular.

Keywords: Tupinambá; Truchement; Contact Sites.

EL SÍTIO SERRANO:

FRANCESES Y TUPINAMBA DESCONOCIÁN EL TESTAMENTO DEL ADÁN

RESUMEN

El artículo aborda el contacto entre los franceses y tupinambá teniendo soporte de la historiografía del siglo XVI, fuentes primarias y de la cultura material obtenida con investigaciones arqueológicas en el sitio Serrano, Araruama, Región de los Lagos, Rio de Janeiro. Se discutirán las estrategias de dominación/instalación de europeos, franceses en particular, así como la resistencia e interrelación de las sociedades nativas, a partir de la segunda mitad del siglo XVI.

Palabras clave: Tupinambá; Truchement; Sitios de Contacto.

Corria o ano da Graça de Nosso Senhor de 1494, quando o Tratado de Tordesilhas foi assinado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela. Ambos os reinos dividiam entre si as terras “descobertas e por descobrir” fora da Europa. Fato contestado, sobretudo, pelas nações reformadas Inglaterra e Holanda e também pela, até então, católica França. A contestação se torna literal na frase atribuída a Francisco I ao Papa Alexandre VI: “Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que excluiu a França da partilha do mundo”.

A primeira ação efetiva da França no Brasil se dá a partir de 1503, com Binot Paulmier de Gonneville, acompanhado de Jean L’Anglois e Pierre Charpentier (VIDAL, 2000: 19). Eles armam a nave L’Espoir, de 120 toneladas, e contratam dois pilotos portugueses, Sebastião Moura e Diogo do Couto. Hoje essa viagem é discutida em sua efetividade, mas a tomaremos como fato por ser discussão longe de um consenso mínimo. Eles inauguram o “truchement”, um sistema de comércio baseado na ação de intérpretes, sobretudo franceses, que, por dominarem a língua nativa, agenciavam e coordenavam trocas de mercadorias americanas por produtos europeus, na vaga da vigilância das autoridades portuguesas (VIDAL, 2000: 21-22). Também denominados “línguas” pelos portugueses, esses indivíduos vão se integrar às aldeias no litoral. Esse sistema é seguido pelos navegadores florentinos, Giovanni e Girolamo Verrazano, ligados a Francisco I, e também por Jean Ango, o armador de Dieppe, que organizou viagens regulares da França para o Brasil a partir de 1522. Quase toda a costa da Normandia estava mobilizada para esse comércio durante o século XVI. Giovanni e Girolamo Verrazano são os que primeiro têm seus nomes associados à fundação de uma colônia francesa no Brasil, em 1520 (VIDAL, 2000: 20).

Com mais ou menos ênfase, os reis Francisco I, Henrique II/Catarina de Médicis, Francisco II, Henrique III e Henrique IV, da França, apoiaram o corso e a pirataria nas Américas. Isso encoraja os armadores normandos a se lançarem ao comércio transatlântico, partindo de Rouen, Honfleur, Saint Malo, Dieppe e La Rochelle.

Segundo Laurent Vidal:

As estratégias de comércio francesas no Brasil na primeira metade do século XVI estão entre dois polos: as iniciativas privadas de mercadores e armadores visando a organização de verdadeiras “frotas da floresta” que redobra a atividade da segunda metade do século de um lado, e as tentativas de colonização da população apoiada pela coroa do outro (VIDAL, 2000:18).

Tradicionalmente a presença francesa no Brasil explica a política colonial portuguesa na primeira década do século XVI, causando a reorganização do sistema colonial por Dom João III, em 1532.

Para além das expedições Guarda-Costas de Christóvam Jacques, de 1516 e 1526, a vigilância da colônia não se consuma. Dom João III, de Portugal, faz publicar um édito ordenando a todos os súditos na colônia, sob pena de morte, que afundassem navios franceses flagrados nas costas brasileiras.

Durante a primeira metade do século XVI, os “truchements” construíam os arranjos necessários à mobilização da força de trabalho nativa e o agenciamento de “escalas” para o tráfico do pau-brasil, muito provavelmente apoiados em redes de aliança tupinambá. Nos cobiçados portos do litoral sudeste, nas vagas deixadas pela vigilância de Portugal, são estabelecidos laços estratégicos, redes de sociabilidade/comercialização entre franceses e nativos. Essas redes foram muito importantes a ambos os lados do comércio praticado, nos sentidos político e econômico, e incluíram a sociedade nativa em um mapa intrincado de circulação de mercadorias no Mediterrâneo e no Atlântico Norte. Assim, códigos são estabelecidos de maneira a organizar as chegadas e partidas das “frotas da floresta”.

O escambo se baseava na troca de “peças de resgate”, itens diversos de fabricação europeia sem sucedâneo na tecnologia das tribos, por produtos tropicais e animais diversos, sobretudo madeira, a primeira moeda nativa. São representadas por machados de ferro, tecidos, anzóis, agulhas, espelhos, garrafas de grés, facas, miçangas, enfim, uma gama vasta de produtos. Esse é o momento em que se instala a “nascente situação capitalista” (IGLESIAS, 1992: 27), que, em sua fase inicial, foi denominada mercantilismo. Contudo o nativo visava à obtenção de itens de tecnologia diversa da sua própria, pretendendo, possivelmente com alguns deles, melhoria de rendimento na produção, e os franceses visavam lucro monetário. Ambas as práticas não se anularam.

O escambo tribal e o mercantilismo europeu foram atividades econômicas sincrônicas. O mercantilismo, apesar de distante do sistema de produção das tribos, não o anulou. Através das trocas, do Brasil partem paus de tinta, animais, drogas dos sertões e nativos. Da França chegam tesouras, anzóis, miçangas, tecidos, machados e... doenças.

A partir de 1540, o incremento desse comércio é considerável. Os franceses, ao mesmo tempo em que mostravam sua familiaridade com o litoral sudeste do Brasil, buscavam e recebiam o apoio de Henrique II e Catarina de Médicis, da França, nas suas viagens. Henrique II, que à época havia rompido com Portugal, autorizou que navios franceses atacassem as naus portuguesas e se apossassem dos produtos provenientes do Brasil. Ele envia o cartógrafo Guillaume Le Testu, do Havre ao Brasil, para reconhecer a costa em 1551. Segundo comentário de Villegagnon a André Thevet, a participação do cartógrafo Le Testu foi singular, pelas inúmeras tentativas através dos mares, em dar à França uma parte das novas terras que foram descobertas e que portugueses e espanhóis queriam monopolizar (ELMALAN, 2002: 11). A intenção do monarca é o estabelecimento de uma colônia de caráter nitidamente comercial, projeto confiado ao almirante Gaspar de Coligny. Nicolau Durand de Villegagnon, Vice-Almirante da Bretanha, é o executor. Villegagnon havia se aproximado de João Calvino, na Universidade de Paris, em torno de 1520/30. Segundo Vidal, essa iniciativa é “antes, na origem do projeto real, organizar uma base colonial para acolher uma população vinda da metrópole e tentar racionalizar as iniciativas anteriores de origem privada” (VIDAL, 2000: 25). Portanto foi um projeto idealizado para racionalizar custos na obtenção de produtos da América e distribuição no mundo mediterrâneo, a partir de uma rede de numerosos pontos de apoio logístico.

Villegagnon realiza uma primeira viagem ao Brasil e desembarca secretamente no Cabo Frio (MARIS & PROVENÇAL, 2005: 77). Nessa primeira viagem de reconhecimento, sua estada é rápida, e sobre ela existem poucas informações. A arribada das frotas é sempre no Cabo Frio, em seu limite original entre Saquarema e Macaé. Os limites das vilas antigas, naturalmente, não correspondem aos dos municípios contemporâneos. Sabe-se, porém, que ele não chega à Baía de Guanabara, mas ratifica os laços com os Tupinambá da região, e retorna à França com produtos tropicais. Consta ainda que ele teria realizado uma segunda viagem, mas isso é pouco provável. A concretização do projeto real francês se dá na fundação da França Antártica, em 1555, apoiando-se nas redes de sociabilidade e comércio estabelecidas desde há muito entre as aldeias. Da França partem duas naus com 600 homens, que se estabelecem no Rio de Janeiro.

Consideramos que o processo de contato que viabilizou a convivência foi distinto não só pela abordagem diferenciada de franceses e portugueses. Ambos possuíam posturas diversas frente ao trato nativo. Além disso, o inverso também se verificava com relação à política nativa, norteada pela construção de ligas baseadas no parentesco e objetivos diversos ocasionais. Entre as ligas também havia posicionamento diferente quanto a propósitos e estratégias. Fica claro o trato dos franceses para com os nativos nas

palavras de Mem de Sá, administrador colonial português. Escreve ele, sobre Villegagnon, em carta ao Rei de Portugal, em junho de 1560:

ele leua muito deferente ordem co gentio do que nos leuamos hee liberal em extremo co eles: e fazlhes muita Justiça enforca os franceses por culpas sem proçosos co isto hee muito timido dos seus e amado do gentio. Mandaos ensinar a todo o gênero dofiços e darmas: ajudaos nas suas guerras o gentio hee mestre e dos maes valentes da costa: em pouco tempo se pode fazer muito forte (SÁ, 1560).

A França Antártica tem duração de 15 anos (1555-1570). Nesse período, as rivalidades entre católicos e protestantes se acirram. Ligas guerreiras tupinambás do termo do Cabo Frio (compreendido entre Saquarema e Macaé) e franceses se contrapõem às ligas guerreiras tupinambás da Guanabara e aos portugueses. A luta provocou uma aglutinação de forças que se mantinham sobremaneira independentes até esse momento.

Ao final de uma guerra contestatória, o último reduto francês da Guanabara cai em 1567, mas os sobreviventes franceses que preferiram não retornar se abrigaram no Cabo Frio, onde suas redes de sociabilidade não foram descontinuadas. “Desse momento até a morte de Henrique IV pelo menos quinhentos barcos Normandos mantiveram e desenvolveram os elos do tráfego tradicional francês com o Brasil” (BONNICHON, 1994: 92). Assim, entre 1567 e 1610, o comércio foi mantido sem interrupções.

Ainda em 1579, o cartógrafo Jacques de Vau de Claye, também de Dieppe, registra grande quantidade de “escalles de trafic” em sua representação da laguna de Araruama. No “Le vrai pourtraict de Geneure et du Cap de Frie” (Figura 1), todos os pontos de desembarque, indicações dos melhores pontos de aguada, pescarias e trilhas estão descritos (CLAY, 1579). Uma dessas escalas é denominada “Lescalle de Paratitou”, na qual se encontra “La Village de Mauvais Garson”, uma aldeia também chamada Syrizi.

Figura 1 - Jacques de Vau de Claye “Le vrai pourtraict de Geneure et du Cap de Frie”, BNF - Res. Ge C 5007.



Com todas as ressalvas à falta de escala dos mapas quinhentistas, o local denominado “Paratitou”, no mapa de Vau de Claye, não é discrepante com relação ao posicionamento da laguna, da serra e do atual bairro de Paracatu, no Município de Araruama. Ressaltamos ainda a semelhança toponímica entre “Paratitou” e Paracatu, onde se encontra o sítio Serrano.

Ocupado por franceses e tupinambá entre as décadas de 50/80 do século XVI, não é possível afirmar em que momento essa aldeia, “Escalle” para os franceses, deu pouso aos enviados de Henrique II, se antes ou depois de se instalarem na Baía de Guanabara. No entanto é certo que deu abrigo a normandos e, quem sabe, a alguns bandidos e recrutados por pregão público nas ruas de Paris (VIDAL, 2000: 25). Da Normandia também vem o topônimo Cerisy: Cerisy-la-Sale, Cerisy-Buleux, Cerisy-Belle-Etoile, Cerisy-Gaily, Cerisy-la-Forêt. Igualmente faz referência à família de Jehan de Serisy, escudeiro, sieur de la Varenne.

A primeira abordagem arqueológica ao sítio Serrano foi realizada em 1997, em um desses momentos infelizes nos quais a exploração vence a memória, talvez única, de um tempo em que viveram aqueles dos quais a História não permitiu notícias oficiais, consagradas em papel. De marujos e nativos a História nos diz pouco. Hoje, a quase totalidade do sítio se encontra arrasada. Contudo, como vozes antigas que não se permitissem calar, o espaço sempre reserva surpresas inesperadas em meio à destruição. Isso possibilita a continuidade do presente estudo, apresentado preliminarmente no XII congresso da SAB (BUARQUE & CORDEIRO, 2003). A cada visita, somos brindados com o pouco da vida antiga que resta. Novos registros de estruturas funerárias, fragmentos de vasilhas cerâmicas de uso cotidiano, miçangas em vidro, ferramentas em metal...

A espessura da camada arqueológica é de 1,10m. Seria uma aldeia tupinambá clássica, não fossem as inúmeras peças de resgate provenientes do escambo do pau-brasil. Ao tomarmos como base as práticas dos “truchements” e dos corsários, nesse espaço ele está posto em todas as suas vertentes. Sua abordagem se torna complexa, uma vez que não ocorrem paralelos bem conhecidos. Tudo, ou quase tudo, está por construir. No que se refere aos dados primários escritos, a dificuldade se amplia, seja pela falta da documentação cartorária, provavelmente consumida no incêndio da Câmara do Rio de Janeiro em 1779, seja pela raridade de sítios arqueológicos com datação correlata. Segundo levantamento histórico, seriam possíveis correlações com outros localizados nos atuais bairros do Catete, Glória, da região central, próximos a São Cristóvão, Magé e Ilha do Governador, onde pesquisas estão sendo realizadas (SOUZA & BUARQUE, 2018). Seria necessário existirem assentamentos de ocupação híbrida nativa/europeia, com datação precoce, que nos permitissem observar e testar os dados. Excetuamos, inclusive, o atual Município de Cabo Frio no qual nenhum sítio associado à ocupação tupinambá foi registrado. A presença dessa sociedade naquele município talvez esteja restrita à ocorrência de cerâmica nos últimos níveis de ocupação de sambaquis e a um sítio descrito por Dias Jr., descoberto sob o alicerce da antiga sede náutica do Clube Tamoyo (DIAS JR., 1963: 1). O remanescente era composto por um grande número, “impressionante”, nas palavras do autor, de esqueletos articulados e justapostos. Dias Jr. o associa ao massacre nativo ocorrido em 1575, promovido pelos portugueses, ordenado pelo Governador Antônio Salema.

O primeiro contato entre as culturas nativa e europeia se deu aos sustos de ambos os lados, porém trocas culturais não se dão aos saltos. Nesse primeiro século de exploração, a falta de um contingente populacional europeu considerável fez valer no “Novo Mundo” as estratégias culturais e de sobrevivência nativas. Segundo Capistrano de Abreu:

(...) não só tinha de adaptar-se à alimentação dos brasis, como tinha de se adaptar aos processos empregados para obtê-la; tinha de empregar os mesmos processos de caça, tinha de adotar os mesmos processos de pesca, tinha de recorrer aos mesmos processos de agricultura, apenas facilitados pelo conhecimento e uso dos metais (ABREU, 1976: 53).

Somente os “brasileiros”, comerciantes de pau brasil (*Caesalpinia echinata*) e seus empregados, eram munidos de “peças de resgate” apropriadas para negociarem as toras de “ibirapitanga”. Desse modo, a intervenção direta na cultura material nativa estava restrita a um grupo pequeno de negociantes oriundos das classes mais baixas da sociedade europeia.

Esses bens de troca são o testemunho material mais significativo para a datação relativa desse sítio. Compõem esse cenário 26 “miçangas azuis” de tipo “Nueva Cádiz”, que variam entre 0,7 e 4,9cm de comprimento, tubulares, de seção quadrada, com três camadas de cor. O azul compõe a camada externa de todos os exemplares. As internas variam entre branco, transparente e preto. As do tipo “Chevron” são representadas por 03 unidades, cilíndricas, bicônicas, com sete camadas de cor (branco, azul e vermelho), que variam entre 6 e 8mm de comprimento. Ambos os tipos foram fabricados em Veneza entre 1492 e 1600 (DUBIN, 2007: 341), somados a um remanescente inteiro de um canutilho, azul e branco, medindo 3,6cm, não identificado na bibliografia (Figura 2).

Foram também recuperadas peças metálicas como anzol, lâminas de faca (Figura 3) e uma cota de malha (Figura 4), com trama 4 x 1, com anéis rebitados em perfurações retangulares, manga 3/4, produzida na Normandia durante o século XVI¹. Dois tipos de anéis compõem o tecido, elos mais grossos para o corpo, medindo 9mm de diâmetro, e elos menores para as extremidades com 5mm. Abro aqui um parêntesis para informar que essa peça, integrante da exposição “Entre Dois Mundos: franceses de Paratitou, tupinambá de Rouen” e que pertence à Casa de Cultura de Araruama, foi salva do incêndio que tristemente acometeu o Museu Nacional. Assim, essas peças são da maior relevância para o diagnóstico dos primeiros tempos, no que tange aos impactos culturais e na natureza. Culturais porque o primeiro choque profundo se verificou no fornecimento de um sucedâneo tecnológico eficaz para instrumentos líticos e ósseos diversos. Ressalvamos, contudo, que essas tecnologias exógenas, de imediato, não interferiram nas formas tradicionais de pensamento. Tradições e mentalidades ocupam os níveis mais profundos dos fazeres sociais. Suas transformações não se dão senão na longa duração. A nós a presença dessas peças indica unicamente o início de grandes entrelaçamentos e mudanças a ocorrer. Por outro lado, a experimentação dessa nova tecnologia, em sua aplicação imediata, provocou um impacto ambiental sem precedentes até então. Imaginemos que uma atividade de trabalho, com duração média de quatro horas, revelou-se factível em 30 minutos, como o caso do abate de uma árvore com um machado metálico. Dados de número de troncos resgatados por navios demonstram o quanto essas peças influíram no montante de toras dos carregamentos no correr dos anos (CORDEIRO, 2004). Em janeiro de 1500, Pinzón embarcou 350 quintais de pau-brasil nas praias do nordeste, o equivalente a 25 toneladas ou, aproximadamente, 840 toras (MARCHANT, 1980: 23). Já no ano de 1506, Fernão de Loronha “e outros cristãos-novos”, arrendatários do Brasil para a extração da madeira, portanto preparados para a troca, retiraram 20.000 quintais (FERRAZ, 1939: 62), ou seja, 48.007 toras. De 26 de maio a 27 de julho a “nao Bretoa”, em 1511, “tomou” do Cabo Frio 5.008 “paos de brasil”. É possível estimar que, no segundo cartel do século XVI, pelo menos 18 navios procedentes

¹ Informações fornecidas por Thom Richardson, 2004. Keeper of Armour and Oriental Collection, Royal Armouries, UK; Tecmetal- 2009 - amostra 2009-439.

de Rouen foram queimados no litoral. Sem contar com os de Dieppe e La Rochelle (VIDAL, 2000: 30).

O lítico, nesse cenário, está representado por machados polidos produzidos sobre blocos de diabásio, lascões de quartzo hialino e raspadores laterais em sílex (Figura 5). A existência e a recuperação desses artefatos junto a itens metálicos nos sugerem que em algumas funções eles não foram substituídos, provavelmente nas mais tradicionais, de mudança temporalmente mais lenta.

O vidro, o espelho, a miçanga e o grés foram bons indicadores, mas também podem, com facilidade, ser interpretados como contaminação por elementos recentes, ou ainda por perturbação do solo através da inversão de camadas estratigráficas produzida por arado, gradil e similares. Mas fica uma questão: um espelho abandonado, fragmentado ou não, com o passar dos anos, perdido o elemento refletor, não se configuraria um pedaço de vidro? Não seria mesmo considerado arqueologicamente contaminado? É possível que muitos deles datados desse período tenham sido considerados perturbados e, por isso, pouco significativos.

Figura 2 – “Miçangas” azuis. Procedência: Veneza. Foto: Jeanne Cordeiro.



Figura 3 – Lâmina de faca e anzol. Foto: Jeanne Cordeiro.



Figura 4 – Cota de malha. Foto: André Luiz dos Reis.**Figura 5** – Raspador lateral e lascão. Foto: Jeanne Cordeiro.

Um item, em especial, certamente não compõe o quadro do escambo, um fragmento de prato com 30cm de diâmetro, lábio reto com reforço externo, decoração “sgraffito”, engobo duplo, com procedência de Beauvais, Picardia (RAVOIRE, 2009: 263). As cerâmicas “beauvaisis” têm características marcantes das terras do Pays de Bray² e suas argilas coloridas. Esse fragmento é decorado em amarelo, marrom e verde, marcado com linhas incisadas. Acompanhando a borda, existem letras que, infelizmente, não nos permitem a identificação de uma palavra completa. Elas são grafadas, angulosas e

² O Pays de Bray é uma pequena região da França, situada ao nordeste de Rouen, historicamente dividida entre a Normandia e a Picardia.

arranhadas, muito características do final da Idade Média europeia (Figura 6). Inúmeros exemplares semelhantes têm sido recuperados por escavações na Normandia, Picardia e na região da Île de France, remanescentes do século XVI. Da mesma forma que a cota de malha, é possível que a peça, quando inteira, tenha sido propriedade de alguém de posses elevadas e se configurava objeto de uso restrito a alguma figura de destaque. Mesmo na Europa do século XVI, peças com essas características eram consideradas fora do alcance da população menos privilegiada economicamente (SCHWEITZ, 1977).

Figura 6 – Fragmento de prato. Procedência: Beauvais. Foto: Jeanne Cordeiro.



“Instabilidade, precariedade, provisoriedade” (NOVAIS, 1997: 32) resumem todas as sensações estruturais que definem, em profundidade, a vida cotidiana na América Portuguesa durante o século XVI. As relações cotidianas eram norteadas por esse trinômio. A teia de relações estabelecidas entre franceses e nativos não permitia que nenhuma relação estável fosse construída. O trato era de exploração, e a precariedade a reboque declara que tudo é provisório. Laura Mello e Souza (1997: 46), reportando-se aos primeiros registros dos sertanistas de Piratininga, periodiza o contato em três momentos: num primeiro, em que longe da Europa, adotam hábitos das populações nativas da região; em um segundo, “começam a desenvolver hábitos compósitos” e, no terceiro momento, então, “ocorre a adoção de hábitos europeus”. Parece certo que a presença de franceses no Serrano corresponda ao primeiro momento. Além dele, talvez o sítio Barba Couto, localizado na mesma região e ainda em estudos, seja datado relativamente desse período. Nele não temos também indícios de perda nos modos de vida nativos tradicionais (BUARQUE, 2009).

A tomarmos como base a cerâmica, uma variável de permanência mais tradicional, a inovação nas formas e na decoração é mínima. Dos 3.048 fragmentos analisados só uma (01) peça possui alça, mas sua decoração é unglulada (Figura 7). Ela pode inclusive não ter sido modelada por um nativo. A união alça/corpo destoa de exemplares remanescentes de outros sítios. De maneira geral não há alteração no tempero da pasta, na espessura das paredes das peças, na queima, nas formas das bordas e lábios que permanecem inalterados se comparados, em porcentagem, a outras aldeias pré-históricas da região. O mesmo ocorre com o banho e o engobo nas superfícies. A presença das bandas vermelhas, duplas ou triplas, nas peças pintadas, igualmente nos remete à permanência da produção tradicional. Não há variação que possa nos sugerir qualquer mudança. Todos os fragmentos exumados demonstram, em proporção comparativa, não ter havido qualquer alteração substantiva, se comparados aos resgatados em sítios pré-históricos. Outro elemento que indica permanência nas práticas sociais e culturais se refere ao modelo de enterramento em urnas, um dos domínios que menos sofreu modificações ao longo do tempo, mesmo após a chegada dos europeus (BUARQUE, 2009).

Figura 7 – Fragmento de corpo com alça ungulada. Foto: Angela Buarque.



Em uma tentativa de enquadramento dos remanescentes cerâmicos do século XVI à tipologia arqueológica, não encontramos qualquer amparo na nomenclatura existente. Antes de mais, pelo fato de não darem conta da produção cerâmica do primeiro momento do contato entre nativos e europeus, como no proposto por Abreu (1976) e Mello e Souza (1997). O conceito de tradição Neobrasileira (BROCHADO *et al.*, 1969: 23) e suas respectivas fases (SIMÕES, 1972), desenvolvida por Dias Jr. (1988: 3), implicam, no nosso ponto de vista, na inobservância de um momento imediatamente posterior ao contato no qual não prevalecia a influência do Europeu sobre os fazeres nativos. Inquestionavelmente esse momento ocorreu e, não esqueçamos, contudo, que ele se dará cronologicamente em períodos diferentes nas diversas partes do país. O contato não é sincrônico, nem simultâneo. Inúmeras tribos amazônicas só saíram da “pré-história” no início do século XX! Como em um hiato, não encontramos na bibliografia registros do tempo provisório, do improvisado, para posterior adequação ao preexistente. A tradição Neobrasileira é cronológica, datada a partir de meados do século XVI (BROCHADO *et al.*, 1969: 23), referida preferencialmente ao XVII (SIMÕES, 1972: 20-60; MENDONÇA DE SOUZA, 1997: 85), como reclamado por Cordeiro (2004: 127). A quase totalidade dos sítios é analisada com vistas à ruptura nos comportamentos e produções tradicionais, quanto mais na presença de objetos estranhos ao cotidiano nativo. Interpretações posteriores à criação da Tradição Neobrasileira, ou ainda a noção de “Cerâmica neobrasileira”, como em Zanettini (2005), Symanski (2006) e Souza (2010), não contemplam efetivamente o século XVI, período apreciado no presente artigo. Ainda que extremamente pertinentes, mantêm o século XVI a descoberto. Ocorre ainda, em uma proposta mais recente, a “cerâmica das populações subalternas”, elaborada por Deminicis (2017:73).

Noelli e Sallum (2019) argumentam desde 2017 em outra direção sobre a materialidade colonial, no caso das relações dos Tupiniquim com os portugueses no litoral de São Paulo, onde a cerâmica colonial, que eles definem como cerâmica paulista, foi produzida dentro de um contexto de aliança estratégica para ambos os lados, não havendo nem hibridismo, nem miscigenação, muito menos subalternidade. O caso dos Tupinambá e franceses no Rio de Janeiro guarda semelhanças, uma vez que a estratégia de aliança de ambos os grupos parece ter funcionado bem até os ataques portugueses das décadas de 1560 e 1570.

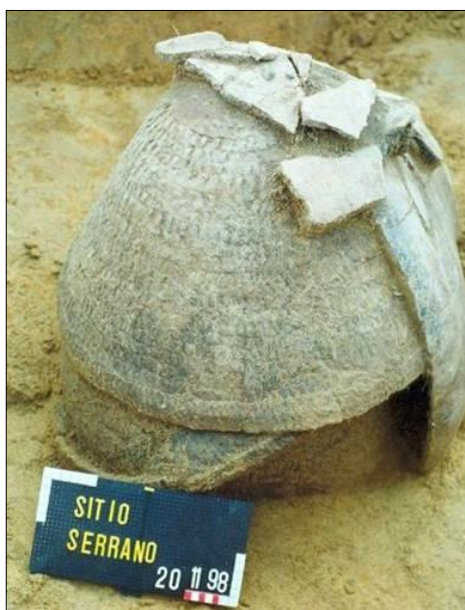
No sítio Serrano, nada inclina a pensar em uma sociedade desestruturada, assimilada ou em processo de dissolução, mesmo levando em conta o registro arqueológico restrito ao período ocupacional, que, segundo a crônica seiscentista, era de

três a quatro anos, “em quanto lhes não apodrece a palma dos tetos das casas” (SALVADOR, 1982: 80). Ao contrário, a crença na sujeição imediata das populações nativas pela escravidão ou pela morte, durante todo o século XVI, mascarou a força das alianças com os franceses. Ou, ainda, talvez sejamos reféns absolutos do eurocentrismo, daí entendermos ser necessário buscar rupturas incansavelmente. Nesse primeiro século, pensamos, a força das tradições culturais não havia sido ultrapassada. Todos buscamos as rupturas que alimentam nossas discussões, nos questionando pouco sobre o quanto de permanências restou. Propomos, para tanto, o termo “Tupinambá histórico” e “cerâmica Tupinambá colonial” para explicar o período em que a cronologia nos leva a datas posteriores à invasão europeia e em que a cultura material nativa permanece inalterada, mantida, frente a qualquer descaracterização das formas tradicionais de produção, sobretudo cerâmica.

O ritual funerário, representado por 31 estruturas escavadas no Serrano, mantinha as mesmas características dos sepultamentos tupinambás encontrados nos demais sítios de Araruama, diferindo unicamente na proporção de fragmentos de grande porte, reaproveitados para tampar as urnas (Figura 8). Em outros, pré-históricos ou de contato, essa prática não se confirma, pois as urnas são fechadas por peças inteiras. O que nos leva a crer que um grande número de óbitos tenha provocado a utilização de todo tipo de fragmentos disponíveis para vedação das urnas nos sepultamentos. Seria isso uma consequência do contato nesse sítio? Sabemos que a conquista, a invasão europeia, ainda que profundamente maquiada pelo conceito de “colonização” (MOURA, 2000: 89-116), afastando-se o mais possível da violência embutida no conceito de “conquista”, se deu também e principalmente pelo incremento da contaminação por doenças diversas. Mesmo não intencional por parte de franceses, que buscavam o comércio e não a sujeição das tribos, a propagação de moléstias foi inevitável. Segundo Dean, a doença epidêmica “é a chave para se compreender o curso do imperialismo europeu no Novo Mundo” (DEAN, 1996:79). Ela superou qualquer efeito da divisão do mundo entre as coroas de Portugal e Castela.

A depopulação nativa decretou, inequivocamente, quem eram os herdeiros do testamento de Adão.

Figura 8 – Estrutura funerária com aproveitamento de fragmentos.
Foto: Angela Buarque.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Capistrano. 1976. *O Descobrimento do Brasil*. 2ª ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 223pp.
- BONNICHON, Philippe. 1994. *Des cannibales aux castors: les découvertes françaises de l'Amérique (1503/1788)*. Paris, France-Empire, 357p.
- BROCHADO, José Proença; CALDERÓN, Valentin; CHIMZ, Igor; DIAS Jr., Ondemar; EVANS, Clifford; MARANCA, Sílvia; MEGGERS, Betty J.; MILLER, Eurico; PEROTA, Celso; PIAZZA, Walter; RAUTH, José; SIMÕES, Mário. 1969. A Arqueologia Brasileira em 1968. *Publicações Avulsas*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Pará, *Publicações Avulsas*, 12:40.
- BUARQUE, Angela, 2009. Étude de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil. *Tese de Doutorado*. Paris. Universidade Paris I, Panthéon-Sorbonne, 446p.
- BUARQUE, Angela & CORDEIRO, Jeanne. 2003. O Sítio Serrano: franceses e tupinambás desconheciam o testamento de Adão. *Anais do XII congresso da SAB: Arqueologias da América Latina*. São Paulo, p.203.
- CLAYE, Jacques Vau de. 1579. *Le vrai pourtraict de Geneure et du Cap de Frie par Jacques Vau de Claye*. Biblioteca Nacional da França, Paris, Res. Ge C 5007.
- CORDEIRO, Jeanne. 2004. A primeira face da tradição: os Goitacá. Da História e identidade dos que não deitaram letras. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, USS, 205p.
- DEAN, Warren. 1996. *A Ferro e Fogo*. São Paulo, Companhia das Letras, 484p.
- DEMNICIS, Rafael B. 2017. A Escrita da História do Brasil Através dos Vasilhames Cerâmicos das Populações Subalternas: o papel atual da arqueologia. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 30:73-88.
- DIAS JR., Ondemar. 1963. Notas sobre arqueologia da região do Cabo Frio. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, IAB, 1: 1-21.
- DIAS JR., Ondemar. 1988. A Cerâmica Neobrasileira. *Textos Avulsos* 01. IAB, Rio de Janeiro, 1:1-13.
- DUBIN, Louis Sherr. 2007. *The History of Beads from 30.000 AC to the present*. New York, Thames & Hudson. 364p.
- ELMALAN, Serge. 2002. *Nicolas Durand de Villegagnon ou L'Utopie Tropicale*. Éditions Favre SA, Lausanne.
- FERRAZ, A. L. Pereira. 1939. *Terra da Ibirapitanga*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 348p.
- IGLÉSIAS, Francisco. 1992. Encontro de duas culturas: América e Europa. *Estudos Avançados*. São Paulo, 6(14) 23-37.
- MARCHANT, Alexander. 1980. *Do Escambo à Escravidão: as relações econômicas de portugueses e Índios na Colonização do Brasil, 1500-1580*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 135p.
- MARIZ, Vasco & PROVENÇAL, Lucien. 2005. *Villegagnon e a França Antártica*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 223p.
- MELLO e SOUZA, Laura. 1997. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: Mello e Souza, L. (Org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 523pp.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. 1997. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro, ADESA, 140p.
- MOURA, Ana Maria S. 2000. Discutindo a Prática da Conquista. *Revista do Mestrado em História*. Vassouras, USS, 3:89-116pp.

- NOELLI, Francisco & SALLUM, Marianne. 2019. An Archaeology of Colonialism and the Persistence of Women Potters' Practices in Brazil: from Tupiniquim to Paulistaware. In: *International Journal of Historical Archaeology*.
- NOVAIS, Fernando. 1997. As Condições da vida privada na colônia. In: Laura Mello e Souza (Org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 523p.
- RAVOIRE, Fabienne. 2009. Les Productions Céramiques D'Île-de-France à la fin du Moyen Âge (XIVe-XVIe SIÈCLE), modalités et formes d'une évolution. In: RAVOIRE, Fabienne & DIETRICH, Anne (org.). *La cuisine et la table dans la France de la fin du Moyen Âge. Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, 8: 249-269pp.
- SÁ, Mem de. 1560. Carta ao rei, de como os nossos lançaram os franceses do Rio de Janeiro. Salvador, 17 de junho 1560. In: CORTESÃO, Jaime (ed.). 1956. *Pauliceæ Lusitana Monumenta Histórica*. Lisboa, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. 1(V-VIII): 289-291pp.
- SALVADOR, Frei Vicente. 1982. *História do Brasil: 1500-1627*. 7ª ed. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/EDUSP, São Paulo. 1982. 437p.
- SCHWEITZ, Daniel. 1977. Céramique du XVI^e siècle en Provenance du Beauvaisis à Tours (Indre-et-Loire). *Revue archéologique du Centre de la France, Île de France*, 163-4: 357-362pp.
- SIMÕES, Mário F. 1972. Índice das Fases arqueológicas Brasileiras 1950 – 1971. *Publicações Avulsas*, Museu Paranaense Emílio Goeldi, Pará, 18:20-60pp.
- SOUZA, Marcos. A. T. 2010. Divisões Sociais, Utensílios Cerâmicos e o Preparo da Farinha de Mandioca no Brasil Colonial. *Clio, Série Arqueológica*, Recife, 25:97-127pp.
- SOUZA, Marcos André Torres de & BUARQUE, Angela. 2018. *Projeto Ilha do Governador*. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- SYMANSKI, Luis. C. P. 2006. Slaves and Planters in Western Brazil: material culture, identity and power. *Tese de Doutorado. Filosofia*, Universidade da Flórida, 360p.
- VIDAL, Laurent. 2000. La présence française dans le Brésil colonial au XVI^e siècle. *Cahier des Amériques Latines*, Paris, 34: 17-38pp.
- ZANETTINI, Paulo E. 2005. Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico da Casa Bandeirista. *Tese de Doutorado*. São Paulo, MAE-USP. 424p.